



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO NO TRABALHO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO PARA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

FAZENDA CANAÃ



VOLUME ÚNICO

PERÍODO: 22/07/2010 A 29/07/2010

LOCAL – SÃO FÉLIX DO XINGU/PA

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA: (S=05°29'59,8" / W=50°54'36,7")

ATIVIDADE: LIMPEZA DE PASTO

ÍNDICE - RESUMO DA FISCALIZAÇÃO

I - DA EQUIPE	03
II - DA ABORDAGEM INICIAL	04
III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO	04 e 05
IV - DOS RESPONSÁVEIS	05 e 06
V - DA OPERAÇÃO	06 a 35
1. Das informações preliminares	06 a 07
2. Da relação de emprego	08 a 11
3. Da caracterização do trabalho análogo a de escravo .	11 a 12
3.1 Das condições degradantes de trabalho	12 e 14
3.1.1 Das Condições nas áreas de Vivência	14 a 28
3.1.2 Da Super - exploração	28 a 30
4. Da frustração de direito trabalhista	30 a 33
5. Dos maus tratos	33 a 35
6. Da sonegação da contribuição social	35 e 36
7. Dos Autos de Infração	36 e 37
VI - DA CONCESSÃO DO SEGURO DESEMPREGO.....	37
VII - DA CONCLUSÃO	38 a 40
VIII - ANEXOS	41 em diante
▪ ANEXO I - TERMOS DE DECLARAÇÃO	
▪ ANEXO II - PLANILHAS DE CÁLCULOS	
▪ ANEXO III - TERMOS DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	
▪ ANEXO IV - GUIAS DO SEGURO DESEMPREGO	
▪ ANEXO V - NAD	
▪ ANEXO VI - AUTOS DE INFRAÇÃO	
▪ ANEXO VII - TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA	
▪ ANEXO VIII - OUTROS DOCUMENTOS AFETOS À OPERAÇÃO	

RESUMO DA FISCALIZAÇÃO DO GRUPO MÓVEL

I - DA EQUIPE

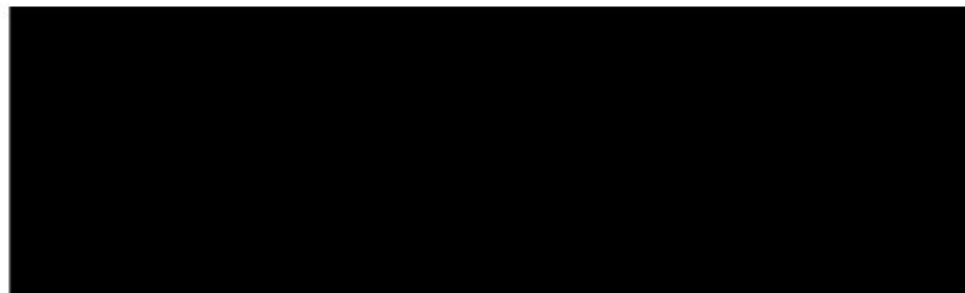
Coordenação:

-
-



Ministério do Trabalho e Emprego:

-
-
-
-
-
-
-



Ministério Público do Trabalho



Departamento de Polícia Rodoviária Federal:

-
-
-
-
-
-



II - DA DENÚNCIA - ABORDAGEM INICIAL

Grupo Especial de Combate ao Trabalho Escravo, constituído por Auditores Fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego, Procurador do Ministério Público do Trabalho e Policiais Rodoviários Federais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, foi destacado para averiguar informação recebida pela Secretaria de Inspeção do Trabalho (DEN - 1064), a cerca de atividade econômica desenvolvida no Município de São Félix do Xingu, no Estado do Pará, onde trabalhadores estariam submetidos a circunstâncias que caracterizam o trabalho análogo a de escravo.

A seguir trecho da informação que originou a presente operação:

"... Os trabalhadores ficam alojados em um salão de madeira, com apenas um cômodo coberto de palha com as quatro laterais cercadas de madeira. Todos ficam suscetíveis a intempéries e a ataques de animais silvestres e/ou peçonhentos (cobras, ratos e baratas) já que as condições do barraco são péssimas e a madeira estar velha..."

Além dessas, outras informações, a exemplo da localização da fazenda e das frentes de trabalho constam da comunicação do ilícito.

Em suma, estes são os fatos objeto da apuração do Grupo Móvel no decorrer desta operação.

III - DA SÍNTESE DA OPERAÇÃO

- RESULTADO: PROCEDENTE; EXISTÊNCIA DE TRABALHO ANÁLOGO A DE ESCRAVO NOS TERMOS DO ARTIGO 149 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO; CONDIÇÕES DE HIGIENE E DE SEGURANÇA INADEQUADAS, CARACTERIZANDO SITUAÇÃO DEGRADANTE DE TRABALHO E NÃO OBSERVÂNCIA DE PRECEITOS LEGAIS ESTATUÍDOS NA CLT.
- EMPREGADOS ALCANÇADOS: 15
- REGISTRADOS DURANTE A AÇÃO FISCAL: 14
- TRABALHADORES RESGATADOS: 15
- NÚMERO DE MULHERES: 01
- NÚMERO DE MENORES: NIHIL
- NÚMERO DE CTPS EMITIDAS: 05
- NÚMERO DE RESCISÕES EFETUADAS: 15
- VALOR BRUTO DAS RESCISÕES: R\$ 161.358,34
- VALOR LÍQUIDO DAS RESCISÕES: R\$ 130.588,51
- NÚMERO DE AUTOS DE INFRAÇÃO LAVRADOS: 14
- TERMOS DE APREENSÃO E GUARDA LAVRADOS: 01
- TERMOS DE EMBARGO E INTERDIÇÃO LAVRADOS: NIHIL

- NOTIFICAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS: 01
- NÚMERO DE CAT EMITIDAS: NIHIL
- ARMAS APREENDIDAS: NIHIL
- MOTOSSERRAS APREENDIDAS: 01
- PRISÕES EFETUADAS: NIHIL
- GUIAS DE SEGURO DESEMPREGO EMITIDAS: 15

IV - DOS RESPONSÁVEIS

- NOME: [REDACTED]
- CPF: [REDACTED]
- FAZENDA: CANAÃ
- COORDENADAS GEOGRÁFICAS: (S=05°29'59,8"; W=50°54'36,7")
- LOCALIZAÇÃO: Zona Rural de São Félix do Xingu/PA
- TELEFONE: [REDACTED]
- ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA: [REDACTED]
- CEP: 38.610-000

No curso da presente operação restou patente que [REDACTED], é proprietário da fazenda **CANAÃ**, localizada no município de São Félix do Xingu/PA e, também, que era o responsável direto pelas decisões gerenciais, comerciais e administrativas atinentes àquela propriedade rural, inclusive, no que tange aos aspectos relacionados com a administração de pessoal.

Não apenas à luz da documentação colhida pelo Grupo Móvel, e posteriormente apresentada pelo fazendeiro, mas, sobretudo, pela linha de comando e subordinação hierárquica que se desvendou ante os depoimentos prestados pelos trabalhadores.

A atividade econômica principal da propriedade fiscalizada, constatada pela auditoria e declarada pelos prepostos do proprietário da fazenda **CANAÃ**, consiste na criação de bovinos para corte (CNAE 0151-2/01).

Registre-se que a propriedade rural de [REDACTED] é bem estruturada e, considerando o padrão regional comumente verificado, pode ser considerada de grande porte.

Além dessa, consta que [REDACTED] também é proprietário de mais duas fazendas: uma localizada em Unai/MG e a outra chamada Água Branca, localizada no município de São Geraldo do Araguaia/PA onde, em maio deste ano, o Grupo Móvel também flagrou a prática do trabalho análogo a de escravo.

O gado é comercializado com a JBS - FRIBOI em Marabá.

Pelo exposto, deduz-se que [REDACTED] tem capacidade econômica para suprir, integralmente, os ônus da relação de emprego, inclusive, os concernentes aos rurícolas contratados para realização de qualquer tarefa em caráter permanente

ou temporária, bem como de assumir os custos inerentes ao oferecimento de ambiente de trabalho digno e saudável aos empregados que recrutar.

V - DA OPERAÇÃO

1 - Das informações preliminares

A presente ação fiscal teve início no dia 22/07/2010, quando o Grupo Móvel identificou situação crítica nas vistas realizadas às frentes de trabalho, acampamento, área de vivência e, também, no que tange aos métodos e na organização do trabalho. Nessa ocasião foi realizada a identificação dos trabalhadores encontrados em atividade laboral na propriedade de [REDACTED]

O empregador envolvido foi direta e regularmente notificado conforme cópia da Notificação Para Apresentação de Documentos que integra o presente relatório.

Constatou-se que 15 (quinze) empregados contratados para a realização de serviço de roço, confecção e manutenção de cercas e para o trato direto com o gado viviam em condições precárias de higiene e segurança, nos limites da propriedade fiscalizada.

Parte dos trabalhadores abrigava-se em barracos construídos com troncos de madeira e coberto por lona preta e folhas de palmeiras.

Oportuno realçar, desde logo, que os trabalhadores que prestavam serviço a [REDACTED] pernoitavam na fazenda.

A contratação de mão-de-obra era intermediada por aliciadores, obedecendo ao que ordinariamente se adota na região, ou seja, o serviço geralmente é ofertado a um trabalhador que, por sua vez, se faz auxiliar por outros, por sua conta e risco, para ajudá-lo na consecução da tarefa. É óbvio que esta prática é de todo irregular, pois o vínculo empregatício, na realidade, forma-se diretamente com o fazendeiro sendo dele a obrigação de contratar, em seu nome, todos os empregados, já que, nestes casos, é o único beneficiário do trabalho realizado por estes trabalhadores.

Essa forma de contratação é definida corriqueiramente como "empreitada" e todos os envolvidos, seja aquele diretamente contratado pelo fazendeiro ou os contratados indiretamente, são considerados "empreiteiros".

O pagamento do roço é estipulado por alqueire e cada grupo de trabalhador divide entre si o valor recebido ao final da tarefa, descontados os gastos com equipamentos e ferramentas utilizadas na realização do trabalho, bem como alimentação e outros artigos de cunho pessoal fornecidos durante a prestação dos serviços.

[REDACTED]

Os trabalhadores recebiam diretamente do fazendeiro [redacted] ou através de seus prepostos (gerentes e capataz) as orientações sobre como seria a execução das tarefas. A alimentação do grupo era providenciada pelo fazendeiro, que mantinha um armazém na sede da fazenda e que era administrada por seus prepostos, que se incumbiam, também, de supervisionar a execução do trabalho.

De se ver que os trabalhadores que consumiam as mercadorias ofertadas, não sabiam os valores praticados nem no momento da retirada da mercadoria, nem no momento do "acerto", ocasião em que tinham conhecimento apenas do valor total que seria descontado em seus salários.

Pelo fato dos trabalhadores estarem na informalidade, não havia controles quanto ao pagamento da remuneração, da jornada de trabalho e outros mais concernentes ao vínculo empregatício, o que prejudicava a transparência que deveria existir na execução do contrato de trabalho. Não havia, por exemplo, a formalização do pagamento de salários por meio de recibos firmados pelos trabalhadores.

A planilha contendo os cálculos para o pagamento de verbas e de salários atrasados foi elaborada e oferecida ao proprietário, juntamente com a Notificação para Apresentação de Documentos.

Num primeiro momento a planilha foi elaborada segundo as informações colhidas junto aos trabalhadores. No momento seguinte, abriu-se oportunidade ao empregador para demonstrar, mediante recibos, eventuais pagamentos ou adiantamentos feitos aos trabalhadores, bem como para apontar quaisquer ocorrências dignas de retificação.

Ademais, nesta fase da ação fiscal, foram colhidas declarações; efetuou-se o registro fotográfico e a gravação de imagens dos acampamentos; além de terem sido avaliadas as condições de saúde, higiene e segurança do trabalho a que estavam submetidos os empregados, tendo então sido constatado a existência de **RISCO GRAVE E IMINENTE**, capaz de causar danos à saúde e acidentes com lesões graves à integridade física dos trabalhadores tendo como motivação as precárias condições dos abrigos utilizados pelos trabalhadores e os métodos de trabalho arcaicos empregados na execução do roço de "juquira".

Todos estes elementos, acrescidos de outras observações realizadas acerca das circunstâncias por meio das quais se desenvolvia a prestação dos serviços, acabaram por propiciar deduções inarredáveis sobre a inobservância de diversos dispositivos contidos na legislação trabalhista e da tipificação de condutas previstas no Código Penal Brasileiro, cuja descrição e análise se fará a seguir, iniciando-se pela apreciação dos pressupostos da relação de emprego, a partir do que se estabelece o vínculo; identifica-se empregados e empregadores e se define obrigações e responsabilidades em face das normas trabalhistas e demais diplomas legais do ordenamento jurídico pátrio.

2 - Da relação de emprego - (Artigo 41 "caput" da CLT)

O vínculo empregatício se aperfeiçoa desde que presentes os requisitos enumerados nos artigos 2º e 3º da CLT, cuja redação é a seguinte:

Art. 2º Considera-se empregador a empresa, individual ou coletiva, que, assumindo os riscos da atividade econômica, admite, assalaria e dirige a prestação pessoal de serviços.

Art. 3º Considera-se empregado toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário.

Da mesma forma, a Lei 5889/73, que disciplina a prestação de serviço subordinado no meio rural, também em seus artigos 2º, 3º e 4º, em integral consonância com a CLT, define e caracteriza as figuras do empregado e do empregador rural, nos seguintes termos:

Art. 2º Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário.

Art. 3º Considera-se empregador, rural, para os efeitos desta Lei, a pessoa física ou jurídica, proprietário ou não, que explore atividade agro-econômica, em caráter permanente ou temporário, diretamente ou através de prepostos e com auxílio de empregados.

§ 1º Inclui-se na atividade econômica, referida no "caput" deste artigo, a exploração industrial em estabelecimento agrário não compreendido na Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º Sempre que uma ou mais empresas, embora tendo cada uma delas personalidade jurídica própria, estiverem sob direção, controle ou administração de outra, ou ainda quando, mesmo guardando cada uma sua autonomia, integrem grupo econômico ou financeiro rural, serão responsáveis solidariamente nas obrigações decorrentes da relação de emprego.

Art. 4º Equipara-se ao empregador rural, a pessoa física ou jurídica que, habitualmente, em caráter profissional, e por conta de terceiros, executa serviços de natureza agrária, mediante utilização do trabalho de outrem.

A doutrina trabalhista perfila posicionamento sólido no que tange à natureza do contrato de trabalho, principalmente em face de seu inato caráter de "contrato realidade", característica ímpar que o distingue dos demais contratos disciplinados no plano do direito civil.

É que não importa a nomenclatura que lhe seja atribuída, tampouco o propósito manifestado no instrumento firmado entre o tomador e o prestador do serviço, senão a forma realística de como se desenvolve e se executa tal contrato. Presentes as características descritas nos dispositivos legais, em relevo, de plano, opera-se o vínculo empregatício e os consectários dele decorrente.

Divide-se, a pretexto de ilustração, o que ensina, sobre a matéria em foco, o festejado Professor Arnaldo Süssekind:



" O Contrato de trabalho pode ser ajustado verbalmente (expressa ou tacitamente) ou por escrito (art. 443 da CLT); e desde que se configure a relação de emprego em face dos elementos descritos nos precitados arts. 2º e 3º, considera-se celebrado o contrato (art. 442 da CLT), qualquer que seja o nomen juris que se lhe dê. Esses dois dispositivos, ao contrário do que alguns entenderam, ou ainda entendam, procuram despir o contrato de trabalho de formalidades exigidas para outros negócios jurídicos, ao mesmo tempo que afirmam sua existência sempre que a relação fática de trabalho revele os elementos caracterizadores da condição de empregador e da de empregado. Adotou, assim, a teoria do contrato realidade, hoje amplamente consagrada pela doutrina e pela jurisprudência."

No caso específico, restou sobejamente comprovado o vínculo empregatício entre [REDACTED] e os trabalhadores encontrados na atividade de roço, ou limpeza de pasto, no âmbito da propriedade em apreço; quer pela identificação da pessoa que se favorece diretamente com o resultado do trabalho realizado (art. 2º da CLT); quer pela assunção dos riscos empresariais; quer pela configuração dos demais pressupostos da relação de emprego: subordinação, não eventualidade, onerosidade e pessoalidade (art. 3º da CLT), senão vejamos.

A prestação dos serviços é individualizada, uma vez que o trabalho é desempenhado apenas pelos empregados recrutados especialmente para a realização da tarefa, objeto da contratação, os quais contraíram obrigação de fazer, de caráter personalíssimo, por isso intransferível a terceiros, o que destaca o caráter "intuito personae" do contrato, ou seja: **a pessoalidade.**

Pessoalidade que se evidencia no fato de os roçadores a serviço de [REDACTED] (nominalmente citados na planilha de cálculos) não se revestirem do poder de se auto-substituírem por outros trabalhadores a quem pudessem, unilateralmente, entregar o serviço que lhes fora confiado pelo fazendeiro.

O trabalho é **não eventual**, já que as tarefas e atividades concretizadas pelos empregados são habituais e contínuas, e representam um real interesse em face da atividade finalística do empreendimento.

Nesse sentido, a tarefa de efetuar a limpeza do pasto realizada pelos trabalhadores é necessária ao desenvolvimento da pecuária haja vista que o interesse do empresário é o ganho de peso de seus animais, objetivo alcançado como maior eficácia e produtividade a partir de pastagens adequadamente cuidadas, sendo certo que este serviço vinha sendo executado pelos rurícolas já mencionados, no momento da ação fiscalizadora do Grupo Móvel.

A **subordinação jurídica** também restou caracterizada, pois referidos empregados recebiam diretamente de [REDACTED]

[redacted] ou de seus prepostos, às determinações específicas de como, onde e quando deveriam realizar suas tarefas.

No caso em apreço, os trabalhadores não estavam investidos no poder de decisão já que não tinham a liberdade de deliberar, autonomamente, ou seja, não tinham governabilidade sobre o modo de organizar o seu próprio trabalho, a exemplo do que ocorre no caso de profissionais liberais. Ao contrário, recebiam ordens e suas atividades eram dirigidas e controladas pelo fazendeiro.

Bem ilustra a situação fática observada pelo Grupo Móvel, os ensinamentos de Evaristo de Moraes Filho no seu "Tratado Elementar de Direito do Trabalho" ao reproduzir as considerações de Paul Colin:

"... por subordinação jurídica entende-se um estado de dependência real criado por um direito, o direito do empregador de comandar, dar ordens onde nasce a obrigação correspondente para o empregado de se submeter a essas ordens. Eis a razão pela qual se chamou a esta subordinação jurídica, para opô-la principalmente à subordinação econômica e à subordinação técnica que comporta também uma direção a dar aos trabalhos do empregado, mas direção que emanaria apenas de um especialista. Trata-se, aqui, ao contrário, do direito completamente geral de supertender atividade de outrem, de interrompê-la ou de sustá-la à vontade, de fixar-lhe limites, sem que para isso seja necessário controlar continuamente o valor técnico dos trabalhos efetuados. Direção e fiscalização, tais são então os dois pólos da relação jurídica"

Além disso, os contratos formados entre empregador e empregados eram **onerosos**, porque havia promessa de pagamento pela atividade desenvolvida à base da diária ou da produção aferida.

Cite-se ter ficado caracterizada a **comutatividade**, pois a remuneração ajustada entre os sujeitos da relação de emprego consistia em obrigações de fazer; contrárias e "equivalentes" (ao menos no espírito dos trabalhadores contraentes e não necessariamente na realidade) e previamente definidas, eis que no ato da contratação já se conhecia o trabalho a ser realizado e o valor do salário proposto.

Presente, também, a **alteridade** caracterizada no caso em tela por execução de atividade laboral por conta alheia, disso decorrendo que o resultado do trabalho realizado pelos empregados pertencia ao empregador, no caso a [redacted] que assumiu os riscos do negócio, [redacted] inclusive, instalações (conquanto inapropriadas) para a acomodação da força de trabalho.

A **alteridade** também restou caracterizada pela habitual prestação de contas que [redacted] tinham obrigados a realizar perante [redacted] e pelo controle permanente que referido fazendeiro exercia no que se refere à qualidade, forma e quantidade do serviço prestado.

[redacted]

Por fim, cabe salientar que provado o interesse econômico de [REDACTED] em face do trabalho realizado pelos roçadores, tendo em vista que o lucro que percebia com a comercialização do seu rebanho estava, direta e intimamente, relacionado com os serviços executados pelos empregados encontrados em atividade laboral pelo Grupo Móvel, no decorrer desta operação.

De fato, a relação evidenciada neste contexto demonstra que o resultado da atividade laborativa, desempenhada pelos empregados, consistente na limpeza do pasto, representa inequívoco aproveitamento econômico diretamente em prol do fazendeiro [REDACTED].

Por isso, em consonância com o estabelecido no Artigo 1º da CLT, conclui-se que [REDACTED] é empregador dos trabalhadores que prestavam serviços nos limites de suas propriedades.

Cumprе assinalar que, em face das observações do Grupo Móvel, foi possível concluir que a contratação de trabalhadores para a realização de serviços a prazo certo, sem a respectiva formalização do vínculo empregatício, [REDACTED] uma prática rotineira adotada por [REDACTED].

Em que pese perfeitamente caracterizado o vínculo empregatício, a empresa não havia, até então, providenciado o registro e a anotação das Carteiras de Trabalho e Previdência Social de seus empregados, contrariando, desta forma, a determinação contida no artigo 41 da Consolidação das Leis do Trabalho.

3 - Da caracterização do trabalho análogo a de escravo

Conquanto a doutrina ainda não tenha equacionado de forma clara e decisiva o novo panorama colocado em face da alteração do artigo 149 do Código Penal Brasileiro e a jurisprudência, acerca do tema, ainda se mostre bastante incipiente e relutante, não há como deixar de enfrentar a questão, mormente quando o Grupo Móvel é acionado para apurar denúncias que dão conta da prática tipificada no dispositivo legal em referência.

No "caput" do artigo 149 do Código Penal Brasileiro há quatro fórmulas que levam à caracterização da conduta definida como trabalho análogo à de escravo, a saber: 1) quando o trabalhador é submetido a trabalhos forçados; 2) quando o trabalhador é submetido a jornadas exaustivas; 3) quando se sujeita o trabalhador a condições degradantes de trabalho e; 4) quando se restringe a locomoção do trabalhador em razão de dívida.

O dispositivo legal é complementado por dois incisos que descrevem outras três modalidades equiparadas ao tipo previsto no "caput".

No inciso I a conduta tipificada consiste no **cerceamento ao uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.**

[REDACTED]

O inciso II, apresenta duas outras condutas que levam igualmente à caracterização do crime: 1) **manter vigilância ostensiva no local de trabalho**; e 2) **apoderar-se de documentos e objetos pessoais do trabalhador**. Em ambos os casos, o tipo penal é complementado pela expressão: **com o fim de retê-lo no local de trabalho**.

Desde logo cumpre observar que as quatro fórmulas previstas no "caput" do artigo 149 e as outras três condutas definidas nos incisos I e II são independentes entre si. Vale dizer: a ocorrência de quaisquer delas, conjunta ou isoladamente, tem o condão de configurar a prática do ilícito penal.

Nos dois incisos e no "caput" do artigo 149 percebe-se a presença de elementos normativos e subjetivos que demandam o exercício de interpretação de termos jurídicos e extrajurídicos, no sentido de se averiguar o exato ajuste do fato ao tipo penal.

É importante, todavia, ter em mente que a aceitação de certas circunstâncias, com a justificativa de que são toleradas por força do costume, pode desencadear a falta de efetividade da lei, na medida em que os termos nela previstos se banalizam e passam a ser letra morta. Aliás, deve sempre ser lembrado que o costume contrário à lei não prevalece em nosso ordenamento jurídico.

Pois bem, no caso sob lume, o trabalho análogo ao de escravo caracterizou-se por sujeição dos empregados a condições degradantes de trabalho, dentre outros fatos a seguir explanados.

3.1 - Das condições degradantes de trabalho

"... Que ficou nesse barraco 90 dias e depois iria roçar pasto em local mais afastado e se mudou para um barraco de lona apoiada sobre pedaços de madeira, com piso de terra batida, que ele mesmo construiu; Que pegou a lona no armazém que fica próximo à sede; Que a lona custou R\$2,00 (dois Reais); Que o senhor [REDACTED] disse que quando precisasse de mantimentos ele poderia pegar no armazém, e que depois descontaria os valores quando fizesse o pagamento; Que seu primeiro salário somente foi pago depois de seis meses de trabalho; Que o seu [REDACTED] disse que ele também poderia pegar ferramentas, como foice, lima e facão no armazém, para posterior desconto no pagamento; Que o senhor [REDACTED] é o proprietário da fazenda; Que o senhor [REDACTED] sabe onde ele dorme e que acredita que ele já viu o barraco; Que realiza suas necessidades fisiológicas no meio do mato, na juquirá; Que pega papel higiênico no armazém; Que custa R\$0,60 (sessenta centavos) o rolo; Que toma banho em um córrego que passa próximo ao barraco; Que colhe a água utilizada para beber, cozinhar, lavar vasilhas e roupas no mesmo córrego; Que não recebeu roupa de cama nem cobertores para utilizar; Que não

tem data certa para receber..." (trechos da declaração prestada pelo empregado [REDACTED])

A Legislação Penal Brasileira elevou à condição de trabalho análogo a de escravo qualquer trabalho realizado em condições degradantes.

O ambiente pode estar degradado devido a inúmeros fatores, desde os mais óbvios até os mais sutis; mas, em qualquer caso, a consequência gerada pelo ambiente de trabalho impróprio à manutenção do emprego é uma só, qual seja: a violação da dignidade do trabalhador.

Isso porque são os trabalhadores que sofrem, diretamente, as consequências da degradação.

As condições de trabalho no campo estão inseridas na Norma Regulamentadora do Trabalho Rural que, em muitos aspectos, demonstra benevolência com os custos do empregador. Apesar disso, o empresário identifica a construção, por exemplo, de um abrigo rústico ou o fornecimento de água potável como investimentos desnecessários.

Prefere, então, sujeitar seus empregados a condições subumanas, justificando tal atitude sob o manto dos usos e costumes, ao invés de efetuar gastos com as precauções atinentes a instalação de um ambiente de trabalho seguro, sadio e higiênico.

O veículo por meio do qual a degradação se concretiza é o ambiente de trabalho que, para efeitos da caracterização desta circunstância, há de ser avaliado sob os mais diversos aspectos e não apenas sob a ótica da degradação da área de vivência, que, diga-se de passagem, é o aspecto mais visível e mais evidente do meio ambiente impróprio ao trabalho.

É lógico que os aspectos relacionados com a área de vivência por si só podem definir o estado de degradância, porém a dignidade do trabalhador pode ser atingida por diversas outras formas, que igualmente, caracterizam a condição degradante do ambiente de trabalho.

O corpo e, por decorrência, a saúde do trabalhador sofrem os efeitos da degradância quando os aspectos relacionados à área de vivência são negligenciados. Quando, por exemplo, não há condições de higiene adequadas e, por conta disso, os trabalhadores são expostos a moléstias, doenças e todos os males advindos de um meio-ambiente comprometido.

Mas é certo, também, que o estado de degradância viola a personalidade e a dignidade do empregado. Isso ocorre porque certas atitudes adotadas pelos empregadores e seus prepostos têm o potencial de gerar um ambiente hostil, propício aos maus tratos, às humilhações e à opressão.

Ora, os maus tratos, as humilhações e a opressão no ambiente de trabalho, infortúnios estes que lesam a honra; que retiram o amor próprio e; que aniquilam com os brios e propagam medo e angústia inquestionavelmente, conduzem à degradação, porquanto afetam a dignidade do trabalhador que, na relação de emprego, encontra-se em posição de inferioridade.

Assim, certo é considerar que o estado de degradação não se resume apenas pelo mal físico causado àquele que é acolhido em área de vivência aviltada, imprópria ao abrigo de empregados; mas, de igual modo, torna-se manifesto em virtude de condutas e atitudes que visam apequenar o espírito e amedrontar a mente do trabalhador.

A seguir descreve-se a situação fática encontrada nas fazendas de [REDACTED] devidamente registrada através de fotos e de filmagem.

3.1.1 - Das condições nas áreas de vivência

Os empregados de [REDACTED] estavam depositados em barracos cobertos por lona preta e folhas de palmeira e em casas de madeira, espalhados em vários pontos no âmbito da propriedade. Conforme medições realizadas, havia acampamentos que distavam até 16 km da sede da propriedade.

A) galpão da sede era ocupado pelos empregados a seguir relacionados:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)
- 5)



O conjunto a que se ora denomina galpão é composto por três instalações, uma ao lado da outra, todas erigidas com pranchas de madeira: duas delas cobertas com telhas, também de madeira, e a do centro coberta com palha de palmeira.

A instalação localizada no centro do conjunto possui duas divisórias que a repartem em três cômodos. O cômodo do meio é usado para guardar gêneros alimentícios, vacinas, remédios para o gado, instrumentos de trabalho, botas, chapéus, peças de reposição, maquinário, em geral, tambores de óleo e um sem números de outros artigos para a utilização no trabalho e para fornecimento aos empregados.



Os outros dois cômodos são usados pelos empregados como dormitório. Na realidade, referidos repartimentos devem ser considerados depósitos e não alojamentos, uma vez que são usados para guardar instrumentos de trabalho, objetos e acessórios de montaria, dentre outros.



Além disso, não conferem isolamento adequado entre seu interior e o lado de fora, já que há várias paredes que não foram sarrafeadas e a cobertura apresenta falhas, principalmente na junção com a viga que a sustenta. Acrescente-se que não há armários individuais, tampouco higienização do ambiente.



B) barraco coberto de lona usado pelo empregado



C) barraco coberto por lona e palha, próximo à represa, usado pelos empregados:

- 1)
- 2)
- 3)



D) barraco de lona usado pelo empregado



E) barraco de madeira coberto por palha, usado pelo empregado
, esposa e filho menor de idade.



F) casa de madeira usada pelos empregados:

- 1)
- 2)
- 3)





G) casa de madeira usada pelo empregado [redacted] e sua esposa

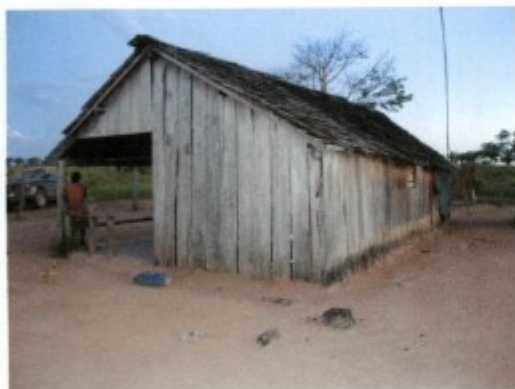


Foto do galpão usado como alojamento

Guardadas algumas diferenças, o relato, a seguir, aplica-se a todas as áreas de vivência visitadas pelo Grupo Móvel, dentro da fazenda Canaã.

Os acampamentos "B", "C" e "D" foram construídos com madeira roliça facilmente encontrada na mata nativa.

Além da madeira, folhas de palmeira e lona preta foram os únicos materiais empregados na confecção do acampamento. Custo zero para o empregador, já que a madeira e as folhas de palmeira ainda podem ser colhidas gratuitamente.





A lona preta, única matéria prima industrializada, custa R\$0,50 o metro quadrado, ou seja, valor irrisório se pelo empregador fosse efetivamente pago, mas nem isso. A lona foi descontada dos poucos rendimentos pagos aos trabalhadores.

Então, as estruturas de madeira roliças foram construídas a partir de quatro vértices ou pilares, que sustentam as forquilhas onde se repousam as vigas, base da cobertura.

Os pilares foram fincados diretamente no chão de terra natural, que também servia de piso sob a área coberta pela lona.

Montada a base da cobertura, no formato de duas águas, primeiro estendeu-se a lona preta e, por cima dela, colocou-se as folhas de palmeira, ou simplesmente, cobriu-se apenas com a folha da palmeira.



Com pranchas de madeira foram montadas algumas prateleiras, para acondicionamento de tudo: desde artigos de utilização pessoal, até ferramentas e material de trabalho.

O fogão de barro foi montado sob uma mesa construída com madeira roliça para ser acionado à lenha, ou diretamente no chão.





No mesmo espaço da cozinha, as redes eram estendidas pelos empregados. Utilizavam as vigas para amarrar o artefato.

O espaço onde armavam as redes era completamente devassado, pois não havia paredes em nenhuma das quatro faces da área coberta, no caso dos barracos de lona.



A água usada pelos trabalhadores, para todos os fins: ingestão, preparação de alimentação, higiene pessoal, limpeza de roupas e louças, era proveniente de córregos existentes próximos ao acampamento.

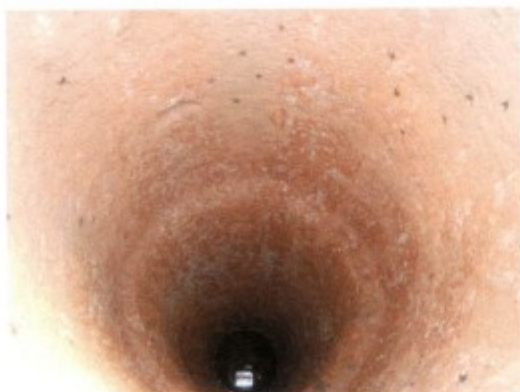
O aspecto turvo e barrento de per si já depunha contra a potabilidade da água proveniente dessas fontes e, conseqüentemente, contra a possibilidade de uso para o consumo humano. Ressalte-se que a água consumida pelos trabalhadores também era ingerida pelo rebanho e pelos animais silvestres que habitam aqueles locais.

Essa mesma água era usada nas frentes de trabalho.

Constatou-se, também, que a água para ingestão e preparação de alimentos era guardada em recipientes improvisados, que originalmente eram usados para no acondicionamento de óleo lubrificante, cuja reutilização é proibida, conforme a legislação vigente. Ademais, não foram localizados nos abrigos fiscalizados quaisquer meios eficientes que garantam a potabilidade (filtragem) da água usada para beber.

Por ser coletada em reservatório a céu aberto e sem sistema adequado de tratamento, há grande probabilidade de a água ser imprópria para o consumo humano, já que exposta a inúmeros elementos de contaminação, a exemplo de sua utilização por animais (gado e animais domésticos); sendo certo que a água não tratada é um poderoso vetor de transmissão de inúmeras doenças, pois abriga microrganismos (bactérias, fungos, micróbios) que podem causar mal ao organismo humano.





Apenas para efeito de ilustração cite-se que através da água são transmitidas: esquistossomose, diarreia infecciosa, hepatite, leptospirose e até mesmo o cólera, sendo certo que as doenças transmissíveis pela água provocam cerca de 30.000 (trinta mil) mortes diariamente em todo o mundo (fonte: www.sobiologia.com.br).

Nunca é demais argumentar que a reposição hidroeletrólítica insuficiente, aliada à má alimentação, mormente em trabalhos com excessivo dispêndio de esforço físico repetitivo (roço), sob sol aberto, calor intenso, em jornadas às vezes maiores que 08 horas, tem potencial para minar a saúde do trabalhador.

O empregador não disponibilizou garrafas térmicas para o trabalho no campo. As garrafas de água usadas pelos empregados são de plástico, desprovidas de propriedades que garantam a conservação da temperatura do líquido; disso resultando que os empregados bebem água quente durante a maior parte da jornada de trabalho.



A alimentação era insuficiente em quantidade e qualidade, além do mais, a provisão de carne ficava exposta em varais, método rudimentar de conservação do alimento. Também usavam fritar a carne e afundá-la em gordura. De toda a sorte, tais métodos arcaicos de conservação de alimento representam uma total insegurança quanto à qualidade dos produtos consumidos.



Normalmente comiam feijão e arroz no almoço e no jantar. No café ingeriam carne frita com farinha.

Pescavam e caçavam para complementar a falta de proteína animal em sua alimentação. Não havia verduras, frutas, legumes, ovos ou outro complemento nutritivo que pudesse repor com eficácia a necessidade alimentar diária de cada um daqueles trabalhadores.



Disso decorre que a dieta dos empregados era de fraco valor nutritivo, incapaz de atingir o necessário aporte calórico para repor as perdas diárias, decorrentes da realização de trabalho pesado, de forma a lhes revitalizar adequadamente o organismo que,



em virtude da natureza braçal das tarefas que realizavam, consumia energia em demasia, durante a jornada de trabalho.

A isso se acrescenta que o trabalho no setor da pecuária é pesado e, portanto, a segurança alimentar é essencial para preservação da saúde do homem nesse tipo de atividade. A falta de segurança alimentar provoca doenças e pode provocar acidentes ocupacionais por causa da fraqueza, da falta de atenção, das tonturas, das dores de cabeça, provocadas pela fadiga natural a que está sujeito o organismo humano submetido a estas extremas condições de trabalho.

Pontue-se que, ainda assim, esta alimentação seria descontada dos já parcos rendimentos dos trabalhadores.

Não havia local para a tomada das refeições, quer seja na área de vivência, quer seja nas frentes de trabalho.

Nos acampamentos, com exceção do galpão da sede, não havia instalações sanitárias. O mictório e o vaso sanitário eram as próprias imediações da instalação. Eram levados a consumir suas necessidades fisiológicas como bichos, no mato, atrás de moitas.



O banho era ao ar livre às margens de igarapé, por sobre tablado de madeira que se projetava há poucos metros rio adentro. Para garantir ou prevenir um mínimo de privacidade, fincaram palhas de palmeira, próximo ao local do banho.



As roupas de cama com que se protegiam durante a noite não eram mais limpas ou menos esfarrapadas que aquelas usadas por indigentes

que ocupam praças e logradouros públicos nas grandes cidades deste País, mesmo assim, eram as únicas que dispunham para se agasalharem à noite. Ressaltando-se que essas roupas de cama foram levadas de suas casas para os locais de trabalho ante a omissão de [REDACTED] em fornecer essas utilidades.

O certo é que o frio natural de certas horas da noite transformava-se em fator de desconforto, sensação levada ao extremo em face do local devassado em que dormiam e da ausência de roupas de cama e cobertores quentes que pudessem aliviar o incômodo térmico.

Sob estas condições era que os trabalhadores pernoitavam, cada qual em sua rede, depois de mais um dia de trabalho.

Por falta de armários onde pudessem guardar seus pertences pessoais e suas roupas, os empregados se valiam de sacolas de plástico, ganchos e varais presos e estendidos sob a tenda de lona preta para acondicioná-los.

Por sob a lona preta, também se permitia o empregador usá-las como depósitos de outros tantos objetos e materiais. Assim, era natural encontrar, misturados: redes, roupas de uso pessoal, roupas de cama e outros utensílios dos trabalhadores, ferramentas de trabalho, esmeril, baldes contendo óleo de máquina e embalagens vazias.

O lixo doméstico era descartado nos arredores das áreas de vivência, sem qualquer precaução, alimentando mais ainda o risco, tanto no que concerne à saúde, quanto no que se refere àquele decorrente de ataques de animais, geralmente atraídos por detritos e restos alimentares. Relatou-se que os alojamentos estão infestados por ratos que trazem consigo o risco da transmissão de doenças graves, a exemplo da leptospirose.

Além disso, os trabalhadores que viviam nestas condições ainda estavam sujeitos ao ataque de animais peçonhentos (cobras, aranhas e escorpiões) e as insuportáveis e incômodas muriçocas.

Registre-se, por outro lado, que não foi disponibilizado aos empregados material de primeiros socorros para o atendimento de emergências ocorridas em casos de ferimentos, picadas de animais peçonhentos e outros acidentes em decorrência do trabalho ou mesmo nos locais que servem de alojamento.

Não havia fornecimento gratuito de EPI. As botinas usadas pelos trabalhadores eram compradas, bem como todos os demais Equipamentos de Proteção Individual, tais como: chapéu para proteção contra os rigores solares e perneiras necessárias no desempenho de tarefas com auxílio de ferramentas perfuro-cortantes, tampouco recebiam uniformes do empregador.

Não havia em quaisquer dos locais improvisados como alojamentos lavanderia para que os trabalhadores pudessem realizar a limpeza e higienização de suas vestimentas. Na verdade, esses trabalhadores viam-se obrigados a usar diariamente os trajes já imundos e impregnados de sujeira.

Os barracos de madeira, principalmente os mostrados nos itens "E", "F" e "G" não eram tão melhores que os erigidos a base de madeira roliça, cobertos por lona. Havia paredes construídas com pranchas de madeira. A cobertura também era de telha de madeira.

Apesar disso, as paredes não eram sarrafeadas o que não garantia o isolamento entre os ambientes interno e externo; o telhado, muito deteriorado, com vários pontos destruídos, também não protegia seus habitantes por ocasião das chuvas.

Estes barracos de madeira também eram desprovidos de instalações sanitárias, os empregados colhiam água em córregos, o lixo doméstico era depositado nos arredores do acampamento; condições que, em muito, se assemelham àquelas constatadas em relação aos barracos de lona.

Em decorrência do exposto, conclui-se que os locais de alojamento acima descritos não ofereciam mínimas condições de conforto, de habitabilidade e de segurança, porquanto, expunham os trabalhadores aos fatores naturais e às intempéries climáticas (calor, frio, chuvas), bem assim ao ataque de animais (cobras, escorpiões, baratas e ratos) e de um sem número de outros insetos peçonhentos próprios do ambiente rural; o que, de certa forma, representa um risco potencial à saúde já que as intempéries afetam o funcionamento do organismo humano e o ataque de animais, mormente nos momentos de descanso em que o ser humano se encontra em completo estado de letargia, pode, até mesmo, levar à morte por envenenamento.

Todos os fatos acima narrados conduzem à inexorável conclusão de que a área de vivência e, por consequência, o ambiente de trabalho vigente na fazenda de [REDACTED] encontram-se em completo estado de degradação. Degradação esta que tem potencial para atingir a saúde e a integridade física e psíquica e, sobretudo, a moral dos trabalhadores.

Apenas para ilustrar a discrepância entre o que existia, o ser, e o preconizado, o dever ser, enumera-se algumas diretrizes definidas na NR-31, consideradas patamares mínimos de decência e dignidade:

31.23.5 Alojamentos

31.23.5.1 Os alojamentos devem:

- a) ter camas com colchão, separadas por no mínimo um metro, sendo permitido o uso de beliches, limitados a duas camas na mesma vertical, com espaço livre mínimo de cento e dez centímetros acima do colchão;
- b) ter armários individuais para guarda de objetos pessoais;
- c) ter portas e janelas capazes de oferecer boas condições de vedação e segurança;
- d) ter recipientes para coleta de lixo;
- e) ser separados por sexo.

31.23.5.2 O empregador rural ou equiparado deve proibir a utilização de fogões, fogareiros ou similares no interior dos alojamentos.

31.23.5.3 O empregador deve fornecer roupas de cama adequadas às condições climáticas locais.



31.23.9 O empregador rural ou equiparado deve disponibilizar água potável e fresca em quantidade suficiente nos locais de trabalho.

31.23.10 A água potável deve ser disponibilizada em condições higiênicas, sendo proibida a utilização de copos coletivos.

31.23.11 Moradias

31.23.11.1 Sempre que o empregador rural ou equiparado fornecer aos trabalhadores moradias familiares estas deverão possuir:

- a) capacidade dimensionada para uma família;
- b) paredes construídas em alvenaria ou madeira;
- c) pisos de material resistente e lavável;
- d) condições sanitárias adequadas;
- e) ventilação e iluminação suficientes;
- f) cobertura capaz de proporcionar proteção contra intempéries;
- g) poço ou caixa de água protegido contra contaminação;
- h) fossas sépticas, quando não houver rede de esgoto, afastadas da casa e do poço de água, em lugar livre de enchentes e a jusante do poço.

Acrescente-se, por outro lado, que os trabalhadores, sejam quais forem as circunstâncias, sempre são levados, eles próprios, por omissão do empregador, ou mesmo por sua determinação, a usarem as instalações existentes, mesmo aquelas já deterioradas e impróprias; do contrário lhes restaria, tão-somente, dormirem ao relento.

Destarte, no curso desta operação, restou claro que o empregador tinha pleno conhecimento de todos os fatos até agora apresentados, ou seja: era conhecedor das precárias condições das moradias e do alojamento; da inexistência de instalações sanitárias nas áreas de vivência e frentes de trabalho.

Todavia, o fazendeiro [REDACTED] manteve-se inerte, omitindo-se diante de fatos graves e relevantes que, em última análise, denotam conduta típica prevista no Código Penal.

Vale destacar que, na seara do direito do trabalho, vigora o princípio da indisponibilidade, segundo o qual o trabalhador não pode abrir mão de certos direitos, dentre os quais se incluem, por se tratar de disposição de ordem pública, os previstos nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego que visam à proteção da saúde e à integridade física.

O estado de degradação, no presente caso, também restou caracterizado em face de outras circunstâncias desvendadas ao longo desta operação, a exemplo do tratamento discriminatório reservado aos trabalhadores que viviam em locais inadequados; da humilhação sofrida pela necessidade de implorar o pagamento dos salários, que era realizado na forma de míseros adiantamentos; da forma como foram largados à própria sorte, sem a menor consideração por parte daquele para quem foram chamados a trabalhar; do descaso demonstrado pelo empregador em relação à saúde dos trabalhadores submetidos ao ambiente deletério do trabalho a céu aberto, sem a menor proteção. Enfim, todas estas circunstâncias, com certeza, ofendem a dignidade do ser humano, neste caso, a dos trabalhadores do fazendeiro [REDACTED]

Enfatize-se que a Constituição Federal no Capítulo onde trata da Ordem Econômica e Financeira acentua que: **"A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social..." (Artigo 170 C.F.)"**; demonstrando, assim, que o trabalho deve propiciar ao cidadão não apenas a satisfação de suas mais elementares necessidades, como comer; mas acima de tudo deve ser um trabalho qualitativamente satisfatório no sentido de garantir a existência digna de quem o exerce.

Ainda citando a Constituição Federal, destaca-se do capítulo que versa sobre a Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária que: **"A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV - exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores..." (Artigo 186, incisos III e IV da C.F.)**; reforçando a noção de que não apenas o proprietário, mas também o trabalhador deve ter oportunidade de se beneficiar do bem estar que o trabalho pode promover.

Por derradeiro, conclui-se que todos estes fatores somados demonstram inequivocamente a sujeição dos trabalhadores ligados ao fazendeiro [REDACTED] a condições degradantes de trabalho; condições estas que afrontam os mais basilares conceitos de dignidade humana de forma a contrariar as normas de caráter constitucional, acima destacadas, além de caracterizar a conduta tipificada no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, vez que as circunstâncias inerentes à moradia, alimentação e higiene, asseguradas àqueles empregados não eram melhores que as dispensadas aos escravos da senzala.


3.1.2 - Da Super-exploração do trabalhador

O trabalho no campo, em tarefas típicas, dentre as quais se destaca o roço da juquira, é uma atividade essencialmente braçal e, por isso, exige do trabalhador o dispêndio de grande quantidade de energia durante a jornada normal de trabalho.

Essa energia, que é vital para o ser humano, necessita ser recobrada ao final do dia de trabalho com descanso apropriado e alimentação suficiente em quantidade e de boa qualidade, ou seja, que contenha nutrientes capazes de suprir esse déficit.

Acrescente-se a isso, o fato de que, geralmente, os métodos e a organização do trabalho aplicados na consecução destas tarefas levam ao esgotamento físico aqueles que as exercem, eis que não há aplicação por parte dos empregadores das técnicas associadas à ergonomia e ao estudo dos tempos e movimentos relacionados com o exercício das tarefas braçais cominadas aos empregados.

É óbvio que, sem alimentação condizente, descanso apropriado e da minimização dos riscos ergonômicos prejudiciais, o organismo do trabalhador vai acumular crescentes déficits de energia e a tendência é que o corpo seja acometido da estafa e da fadiga física.



Sob essas circunstâncias, qualquer excesso da jornada de trabalho, por exemplo, alimentará o ciclo vicioso que acarreta o decréscimo da energia vital do organismo humano, tornando ainda mais fragilizada a saúde do trabalhador submetido a estas circunstâncias.

Para agravar um pouco mais esta já insólita condição de trabalho, adicione-se o afã da produtividade.

Apesar de estar previsto na Consolidação das Leis do Trabalho, o pagamento à base da produção é uma variável que intensifica o mal causado pela alimentação inadequada e pelo descanso insuficiente.

A tendência de qualquer trabalhador ao qual se ofereça o contrato na modalidade de serviço especificado, comumente denominado de "empreita" no meio rural, com o pagamento à base da produção, é de empregar toda a sua energia na conclusão da tarefa no menor espaço de tempo possível, pois raciocina que, desta forma, estará melhorando seus ganhos.

Pior ainda que, ao lado do desejado aumento de sua remuneração, diga-se de passagem, apenas ilusório, pois tudo o que ganha com o máximo de esforço físico se esvai rapidamente em razão das dívidas contraídas na vigência da prestação do serviço, o trabalhador está sujeito, ainda que veladamente, a exigência de uma produção mínima por parte do empregador que pretende que o serviço seja concluído no espaço de tempo mais breve possível.

Em geral, essas metas mínimas de produtividade sob o ponto de vista da fadiga do organismo do trabalhador já são excessivamente pesadas, ao passo que, sob o ponto de vista da remuneração são absolutamente escorchantes.

Guardadas as características inatas de cada atividade, o mal que se abate aos cortadores de cana na lavoura paulista, que os leva à morte pela exaustão no trabalho, como já se tornou notório, sendo matéria constantemente veiculada nos meios de comunicação, pode alcançar os roçadores de juquirá.

Na realidade, o afã de produzir para ganhar mais é o que move os cortadores de cana e os roçadores de juquirá, sendo este o fator principal das graves consequências à saúde observadas nesse meio.

Essa é a face cruel desse sistema de produção: o proprietário ganha e o trabalhador sempre perde.

A lógica acima descrita é apenas uma das faces da super-exploração do trabalho, divisada sob a ótica da exploração predatória da energia vital do trabalhador, dele se extraindo o máximo em termos de entrega ao trabalho extenuante, sem que lhe seja proporcionada, a contrapartida em termos de local adequado para descanso e alimentação apropriada.

A outra face da super-exploração consiste na costumeira redução dos ganhos do trabalhador; seja através da fraude perpetrada em face de medições inexatas do trabalho realizado; seja pelo atrevimento de pagar ao trabalhador salário inferior ao mínimo; seja pela ousadia em simplesmente não pagar nada a quem produziu, ou seja, o calote salarial em sua versão mais exacerbada.

Pois bem, o Grupo Móvel constatou que os trabalhadores em atividade na fazenda **CANAÃ** do produtor [REDACTED] eram vítimas da super-exploração tanto no aspecto da apropriação predatória de sua energia vital, quanto pelo calote salarial.

As imagens apresentadas neste relatório bem caracterizam os fatores que extremam o decréscimo de energia vital do trabalhador na propriedade fiscalizada; assim como caracterizam o calote salarial, os depoimentos colhidos e os documentos produzidos no decorrer desta operação do Grupo Móvel.

E no intuito de contextualizar e ilustrar os argumentos sobre a super-exploração, oportuno se mostra abordar o conceito sobre **pobreza absoluta e pobreza extrema**, conforme definição do IPEA em recente estudo sobre as desigualdades existentes em nosso País, exatamente pela importância de que se revestem tais conceitos na avaliação da matéria em foco.

Em apertada síntese, conceitua-se **pobreza absoluta** como aquela em que se inserem os brasileiros com renda per capita menor que meio salário mínimo; já a **pobreza extrema** alcança os brasileiros com renda per capita menor que um quarto do salário mínimo. Ou seja, em qualquer dos casos, os números revelam ganho mensal insuficiente para garantir a sobrevivência do ser humano.

Vários trabalhadores resgatados, comprovadamente, receberiam média inferior ao ganho que caracteriza os conceitos de miséria extrema e de miséria absoluta caso permanecessem prestando serviço na referida propriedade.

Cite-se, por exemplo, o caso do trabalhador [REDACTED] que trabalhou 56 dias e recebeu apenas R\$220,00; ou do empregado [REDACTED] que trabalhou 79 dias e recebeu R\$700,00. Pior é o caso do empregado [REDACTED] que nada recebeu em 136 dias de trabalho.

Conjugadas, então, a apropriação predatória de energia vital com o calote salarial, tem-se configurada a super-exploração do trabalhador que, dadas as circunstâncias, caracteriza sim situação de degradância no ambiente de trabalho; porquanto representam particularidades com potencial para causar danos à saúde do empregado, além de produzirem consequências econômicas indesejáveis na medida em que eles, trabalhadores, são empurrados, inexoravelmente, para abaixo das chamadas linhas de pobreza extrema e pobreza absoluta.

4 - Da Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista (Artigo 203 do Código Penal Brasileiro)

Art. 203. Frustrar mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

A conduta prevista no Artigo 203 do Código Penal carece de integração por se tratar de norma penal em branco. Para, enfim, completá-la recorre-se aos preceitos legais que disciplinem a aquisição de direitos trabalhistas, inseridos na legislação do trabalho.

Com efeito, o direito ao recebimento de verbas rescisórias, e mais especificamente, ao de perceber férias proporcionais com o respectivo adicional e gratificação natalina, também proporcional, apenas para citar alguns exemplos, encontram-se expressamente previsto na CLT e em leis esparsas.

No caso das férias proporcionais, o direito consta dos artigos 147 da CLT, nos seguintes termos:

Art. 147. O empregado que for despedido sem justa causa, ou cujo contrato de trabalho se extinguir em prazo determinado, antes de completar 12 (doze) meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o disposto no artigo anterior.

No que tange à gratificação natalina, o direito está assegurado na Lei 4.090 de 13 de julho de 1962, nos seguintes termos:

Art. 1º No mês de dezembro de cada ano, a todo empregado será paga, pelo empregador, uma gratificação salarial, independentemente da remuneração a que fizer jus.

§ 1º A gratificação corresponde a 1/12 avos da remuneração devida em dezembro, por mês de serviço, do ano correspondente.

§ 3º A gratificação será proporcional:

I - na extinção dos contratos a prazo, entre estes incluídos os de safra, ainda que a relação de emprego haja findado antes de dezembro;

Assim, pois, tratando-se de direitos expressamente consignados em leis do trabalho e se tais direitos foram negados de forma fraudulenta aos efetivos beneficiários, de plano, opera-se a integração da norma em branco, completando-se o tipo penal que caracteriza a conduta ilícita do empregador.

Sobre o tipo penal do artigo 203 - Frustração de Direito Assegurado por Lei Trabalhista - cumpre destacar que fraude e violência estão postos como elementos normativo do tipo; ou seja,

não é necessário que a perpetração do crime ocorra por meio de violência. Basta que o agente use a fraude e o engodo com a finalidade de induzir ou manter o trabalhador em erro.

A fraude, no caso específico, consiste, exatamente, em induzir os trabalhadores a pensarem que nos valores a eles pagos ao final do contrato estão incluídas todas as verbas rescisórias as quais, por lei, teriam direito, ou mesmo negar-lhes direitos que se aperfeiçoam na vigência do contrato de trabalho, a exemplo do décimo terceiro e das férias.

O esquema engendrado pelo empregador alcança o resultado esperado em primeiro lugar porque, como já dito, o trabalhador é induzido a pensar que os valores recebidos, ao final do contrato, contemplam tudo o que tem a receber; e depois, e mais importante, porque deles é omitido o formulário Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho que assinariam ao final da prestação do serviço.

Desta forma jamais tomam ciência de que os valores eventualmente recebidos ao final do contrato não contemplam as verbas rescisórias de que, legalmente, fariam jus, incluídos aí os valores que deveriam ter sido depositados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço cujo acesso é obstado ao trabalhador porque a ele não é entregue a respectiva Guia de Depósito Rescisório.

No presente caso, a ausência de vínculo formalizado durante um longo período, a exemplo do que ocorreu com o empregado Deusilene da Anunciação, que presta serviço desde 01/02/2008, frustrou a aquisição de vários direitos inerentes ao vínculo empregatício e que seriam gozados ainda no curso da prestação do serviço.

Cite-se, por exemplo, o direito ao décimo terceiro salário dos anos de 2008 e 2009 que não foram pagos; o direito de gozar férias, que não foi exercido e de receber a respectiva remuneração; ou seja, direitos trabalhistas garantidos na legislação cujo gozo pelo trabalhador, por omissão do empregador, foram frustrados.

Oportuno argumentar-se que os trabalhadores sujeitam-se a essa prática, a uma porque sempre foi feito dessa forma e já é costume arraigado o não pagamento de verbas rescisórias e a não formalização do vínculo empregatício; a outra porque sendo o fazendeiro [REDACTED] um dos maiores empregadores da região, qualquer defecção em torno desta prática pode representar a escassez total de serviço para o trabalhador naquela localidade.

Ressalte-se, mais uma vez, que na conduta do empregador está presente o dolo, que, no caso específico, é a vontade livre e consciente de praticar a frustração de direitos assegurados na legislação do trabalho, de resto, impregnado em todo o esquema de contratação informal e na efetiva negação de pagar ao trabalhador o que lhe é devido.

Destarte, entende-se tipificada a conduta prevista no artigo 203 do Código Penal Brasileiro, tanto pelos elementos normativos e subjetivos do tipo, em destaque, quanto pelo aspecto da integração da norma penal em branco.

O Grupo Móvel diligenciou no sentido de identificar os trabalhadores prejudicados pela conduta do empregador, resultando no levantamento dos beneficiários, conforme demonstrado na relação que

[REDACTED]

integra este relatório e através dos depoimentos prestados durante a operação.

Acrescente-se que a informalidade induz à frustração de inúmeros benefícios e não só os citados, a título de exemplo, neste relatório.

5 - Dos maus tratos

O Grupo Móvel deduziu em face da situação encontrada que o empregador, embora contrate empregados para executar trabalho de roço de pasto (juquirá), atividade que exige elevado esforço físico em virtude do qual os trabalhadores perdem muitos eletrólitos como o sódio, potássio, cloretos e o cálcio, que são fundamentais para a manutenção do equilíbrio interno (homeostase) e do metabolismo do corpo humano, não providenciou a aplicação de medidas para execução do trabalho com esforço físico nos horários mais favoráveis e seguros do dia, ou seja, naqueles horários em que o sol esteja menos intenso ou radiante.

Constatou-se, através da visita ao local de trabalho, que:

- a) o trabalho é executado sob sol forte, e sem sombreamento;
- b) o trabalho é executado sem fornecimento de água potável, fresca e em abundância;
- c) o trabalhador é mal alimentado: come, conforme constatado, farinha, arroz e eventualmente carne frita.

Verificou-se, também, que não são oferecidas condições mínimas para uma alimentação segura. Mencione-se, por exemplo, os vasilhames de plástico, sujos e impróprios para guarda e conservação de alimentos. Nesse mesmo diapasão a alimentação também não garante as necessidades nutricionais diárias exigidas em função do dispêndio calórico inerente à atividade de roço da juquirá, pois se trata de atividade penosa, executada com grande esforço físico.

Assim é que a execução de atividades como o roço de juquirá, exercida com esforço físico intenso, sobrecarga muscular, movimentos repetitivos, associada à exposição do calor do sol intenso, exige tomada de providências por parte do empregador para minimização dos riscos à saúde do trabalhador.

Numa avaliação perfunctória dos movimentos corporais realizados pelo trabalhador na execução do roço, constatou-se as seguintes características laborais inerentes à referida atividade:

- 1) trabalho com corpo inclinado constante o que provoca postura agressiva evidente;
- 2) trabalho com corpo inclinado com giro da coluna e pescoço flexionado (postura agressiva);
- 3) trabalho que exige esforço repetitivo na coluna, no pescoço, nos braços, no punho e nas mãos, para o corte;
- 4) trabalho com exposição ao sol radiante e ao calor intenso;
- 5) trabalho com sujidade que fica impregnada no corpo do trabalhador (poeira com suor);
- 6) trabalho que provoca transpiração excessiva.

Oportuno destacar trecho de declaração prestada por trabalhador que demonstra os maus tratos, a exploração e o constrangimento de que foram vítimas na fazenda CANAÃ.

"... QUE atualmente trabalha na fazenda Canaã de propriedade de [REDACTED] Que não sabe o nome completo do proprietário; Que sabe, porém, que [REDACTED] mora em Unai; Que trabalha nesta fazenda desde março deste ano, porém não se lembra o dia; Que é a primeira vez que trabalha nesta fazenda; Que estava em quatro bocas no Hotel Pau Preto onde os trabalhadores ficam esperando por emprego; Que o empregado da fazenda conhecido por irmão foi ao hotel e ofereceu trabalho; Que neste dia além dele outros oito trabalhadores também aceitar paga pelo empregado conhecido por irmão; Que esta dívida era referente à hospedagem e alimentação; Que o valor total era de R\$120,00 Reais; Que este valor segundo o empregado conhecido por irmão seria descontado da produção tirada pelo declarante; Que isso ficou bem esclarecido no momento em que foi contratado; Que inicialmente iria bater veneno, porém ao chegar na propriedade adoeceu e foi designado para fazer roço; Que nada foi falado com relação ao valor do trabalho de roçado, apenas que seria na produção; Que se fosse para bater veneno aí seria por uma diária de R\$30,00; Que então foi para a foice, na produção; Que também não foi explicado aos trabalhadores como seria o alojamento; Que ao chegarem no barraco passaram dois dias na sede; Que na sede alguns trabalhadores dormiram no barracão do sal; Que nestes dois dias ficaram parados; Que no terceiro dia foram lá para o barraco; Que o barraco já estava pronto pois já havia sido usado por trabalhadores que tinham saído há pouco tempo; Que no barraco além do declarante ficaram outros seis trabalhadores; Que o irmão falou para eles que ali era o local onde iriam dormir; Que além disso, mostrou o rumo da grota onde poderiam pegar água; Que o barraco não tinha fogão; Que o fogão foi feito por eles; Que estava tudo bagunçado e sujo, com bosta de gado dentro; Que o barraco é coberto de lona e depois palha por cima da lona; Que a armação do barraco é de caibro de aço; Que é todo aberto e só tem capim na lateral; Que o chão debaixo da lona é de barro mesmo, de terra; Que não tem banheiro; Que usam a própria grota para fazer as necessidades, Que na grota, onde se banham, lavam roupas e pegam água para beber e cozinhar o gado e as capivaras também entram e sujam tudo com suas bostas; Que a água é guardada em galão preto que guarda óleo; Que durante o tempo de permanência no trabalho recebeu um total de R\$700,00; Que foi o empregado conhecido como irmão que fez o pagamento; Que este pagamento ocorreu no dia 22/06/2010; Que tudo é descontado na produção, inclusive as ferramentas usadas, como a foice, lima e esmeril; Que a comida também é cobrada; Que a comida vem do armazém da fazenda; Que não sabe o valor das ferramentas nem da comida nem de nada que se pega no armazém; Que no acerto já vem tudo descontado no total e eles dizem que é o saldo; Que no local de trabalho leva água da grota em garrafa térmica comprada no armazém da fazenda; Que é uma garrafa térmica para três trabalhadores; Que nem sempre a água dá para o dia inteiro e aí eles procuram a grota mais próxima para reabastecer; Que prepara a comida à noite para levar para o trabalho quando o roçado é muito longe e que retornam ao barraco para fazer a comida quando o trabalho é perto; Que normalmente começa a trabalhar às seis horas e para às 11:30 horas; Que então descansa e almoça 13:00 horas; Que então retorna ao trabalho e fica até 18:00 horas; Que o trabalho na foice é pesado; Que para realizar o trabalho aplica sempre o mesmo movimento com os braços; Que a foice tem apenas um lado afiado então realiza o movimento de ida e, quando a foice já está no ar, no final do movimento, ele deposite a vira e volta cortando outro pedaço; Que para realizar o movimento fica com o tronco dobrado; Que fica nesta posição durante todos os momentos em que realiza o corte do mato; Que depois do corte do mato, ele junta o material com a própria foice e arremessa para o outro lado da cerca; Que esse serviço é muito cansativo; Que só consegue produzir bem na parte da manhã; Que a parte da tarde já está muito cansado e a produção cai; Que ele fica muito incomodado com o sol, pois o trabalho já é muito duro e o sol faz com que ele canse ainda mais; Que no local de trabalho quando dá vontade utiliza o mato mesmo para fazer suas necessidades; Que geralmente o almoço e o jantar é arroz, feijão e carne; Que a carne que eles usam ficam estendidas no varal; Que a carne é estendida no varal para secar; Que até a carne secar fica

cheia de mosca; Que de café da manhã toma mesmo um cafezinho preto e um pedaço de carne frita; Que não come nada entre ao almoço e o jantar; Que no almoço arruma uma sombra e um pedaço de toco e se senta para almoçar; Que no barraco não existe local para fazer refeições; Que no final do dia seu corpo está todo doído, principalmente os braços e a coluna; Que o [REDACTED] ainda não foi no barraco deles, porém já foi duas vezes no barraco de lona perto da represa, onde atualmente está o [REDACTED] ...” (declaração prestada pelo trabalhador [REDACTED])

Do exposto deduz-se que o empregador realmente deixou de organizar o trabalho de forma que as atividades que exijam maior esforço físico sejam desenvolvidas no período da manhã ou no final da tarde, eis que executam jornada normal de trabalho das 07:00h às 17:00h, com uma hora de intervalo para repouso e alimentação, sem gozo de outras pausas. Essa jornada totaliza o número de nove horas de trabalho executadas, sob o rigor dos raios solares e sob intenso calor.

6 - Sonegação de contribuição previdenciária - (Artigo 337, A do Código Penal Brasileiro)

Sonegação de contribuição previdenciária

Art. 337-A. Suprimir ou reduzir contribuição social previdenciária e qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

I - omitir de folha de pagamento da empresa ou de documento de informações previsto pela legislação previdenciária segurados empregado, empresário, trabalhador avulso ou trabalhador autônomo ou a este equiparado que lhe prestem serviços;

A sonegação da contribuição previdenciária é duplamente nociva: primeiro porque diminui o ingresso de recursos destinados à União, Estados e Municípios; e depois porque posterga ou mesmo inviabiliza o exercício do direito à aposentadoria e de outros, decorrentes do vínculo empregatício.

No mais das vezes, a sonegação deriva da própria informalidade, ou seja, da contratação de empregados sem a respectiva formalização do vínculo empregatício; de outras vezes, a sonegação decorre da simples mora em recolher os valores referentes à folha de pagamento, sendo estas as formas mais rudimentares e usuais da sonegação previdenciária.

O certo é que, em quaisquer das formas possíveis, a sonegação previdenciária provoca, como consequência imediata, a redução da receita previdenciária, comprometendo ações de governo relacionadas com a assistência social.

Ocorre que a assistência social é universal e gratuita e abrange a totalidade da população, sejam os indivíduos economicamente ativos ou não; contribuam ou não para a previdência; estejam ou não com seus vínculos de trabalho formalizados; portanto,

a redução da receita previdenciária por meio da sonegação representa um prejuízo considerável para a sociedade.

Do que foi exposto, resta evidente que a sonegação da contribuição previdenciária traz em seu bojo a precarização dos serviços e dos programas assistenciais o que, por consequência, conduz ao aumento do déficit da previdência pública.

Já, sob o ponto de vista do trabalhador, a sonegação da contribuição social estenderá o tempo de serviço necessário ao aperfeiçoamento do direito à aposentadoria; direito este cujo exercício se tornará inalcançável para o trabalhador rural, já que a não formalização de vínculo é uma prática arraigada nas relações de trabalho no campo, notadamente nos casos de contratos de curta duração.

No caso sob lume, a sonegação de contribuição previdenciária encontra-se configurada, uma vez que diversos empregados não tinham vínculo formalizado, havendo casos de trabalhadores que se encontravam há anos na informalidade e que, sem a providencial intervenção do Grupo Móvel, seriam dispensados sem a formalização de seus contratos, acarretando não só prejuízo à previdência social, mas, sobretudo, retirando a possibilidade destes trabalhadores somarem esses contratos ao seu tempo de serviço.

De certo, a conduta do fazendeiro irá refletir não só em prejuízo à previdência social, mas, sobretudo, retirará a possibilidade destes trabalhadores somarem esses contratos, para apuração de tempo para aposentadoria.

No caso em tela, o empregador, conquanto devidamente notificado, não apresentou ao Grupo de Fiscalização diversos documentos, dentre os quais as Guias de Recolhimento do INSS dos trabalhadores citados na Planilha de Cálculos.

Na verdade, essas guias não existem. Não existem porque os empregados encontravam-se na informalidade, alguns deles por mais de ano. Por estarem na informalidade, não constavam em folha de pagamento do empregador.

Estes trabalhadores não informados em folha de pagamento são segurados empregados, eis que os pressupostos que dão ensejo à relação de emprego estão configurados no vínculo que une o fazendeiro [REDACTED] aos rurícolas referenciados no presente relatório.

A violação do comando legal, em destaque (artigo 337 - A do Código Penal Brasileira), restou evidente, porquanto a contribuição social previdenciária deixou de ser recolhida, durante vários meses, justamente pela omissão do empregador que não relacionou em folha de pagamento os segurados empregados encontrados em atividade laboral durante operação do Grupo Móvel.

7 - Dos Autos de Infração

Foram lavrados 11(onze) Autos de Infração; dos quais, 01 (um) em face de infrações relativas à legislação trabalhista,

[REDACTED]

propriamente dita, e outros 10 (dez) por infrações relacionadas às Normas de Segurança e Saúde do Trabalhador.

Nas frentes de trabalho foi possível avaliar as condições relacionadas à saúde e segurança do trabalhador, concluindo-se pela completa inadequação dos alojamentos, uma vez que sujeitam o trabalhador a viver em condições subumanas e degradantes.

Constatou-se, também, a não aplicação de diversos preceitos estatuídos nas Normas Regulamentadoras, cujos relatos completos das situações constam do corpo dos correspondentes autos de infração.

No que concerne aos aspectos relacionados à legislação trabalhista, inúmeras irregularidades foram consignadas em autos de infração, destacando-se a contratação de 14 (catorze) empregados sem registro, cujos vínculos foram formalizados retroativamente por força da ação fiscal.

As circunstâncias efetivamente constatadas durante esta operação encontram-se relatadas, com mais detalhes, no corpo dos respectivos instrumentos. A relação dos autos de infração lavrados consta em anexo (**ANEXO VI**).

VI - DA CONCESSÃO DO SEGURO DESEMPREGO

Da fazenda **CANAÃ**, de [REDACTED], foram retirados 15(quinze) trabalhadores que estavam em situação análoga à de escravos.

As correspondentes guias para concessão do seguro desemprego foram emitidas e entregues aos trabalhadores.

O valor líquido das rescisões foi de R\$ 130.588,51 (cento e trinta mil quinhentos e oitenta e oito reais e cinquenta e um centavos).

As guias de seguro desemprego emitidas, nesta operação, integram o presente relatório.

A seguir, relação dos trabalhadores para os quais foram entregues as guias do Seguro Desemprego:

- 1)
- 2)
- 3)
- 4)
- 5)
- 6)
- 7)
- 8)
- 9)
- 10)
- 11)
- 12)
- 13)
- 14)
- 15)

VII - DA CONCLUSÃO

Na atualidade, não se verifica a reprodução fiel do modelo de escravidão vigente no Brasil até o século XIX.

Naqueles idos, negros provenientes de nações africanas eram adquiridos como mercadoria, como um bem material; transportados como animais em navios negreiros. Os que subsistiam ao périplo africano, já em solo brasileiro, eram banhados, expostos em praça pública, leiloados e, finalmente, vendidos a quem pagasse mais.

Já nas propriedades, eram levados por seus novos senhores a viverem em senzalas, a trabalharem pela alimentação que lhes era oferecida e a sofrerem castigos corporais ao menor deslize ou manifestação de revolta.

No Brasil de hoje, não mais se encontrará este quadro, que, indubitavelmente, afronta os mais elementares sentidos de humanidade.

Todavia, a escravidão atual, que prescinde dos grilhões e dos castigos corpóreos, não é menos cruel.

Hoje, a força que governa e alimenta os atos de escravidão de trabalhadores no campo é a necessidade básica do homem de se alimentar; a da luta diária de trabalhar o dia para ter o que comer à noite. São brasileiros subjugados à própria sorte, pois não têm outro ofício nem foram preparados para outras funções, senão trabalhar a terra; mesmo assim as escassas oportunidades são aproveitadas independentemente do que possa ser oferecido, já que a situação não dá espaço para escolhas.

Do outro lado, os grandes grupos, os grandes fazendeiros, os grandes empresários, têm facilmente ao seu alcance esse infundável contingente de excluídos dispostos a aceitar qualquer ocupação e sob quaisquer circunstâncias.

Então, esses trabalhadores excluídos, são levados às propriedades, para produzirem. São instalados em moradias e alojamentos inapropriados; descontam-lhes a parca alimentação que consomem. E como se isso, de per si, não representasse uma cruel afronta à dignidade da pessoa, ainda sofrem humilhação, desprezo e indiferença, por serem trabalhadores humildes desprovidos de voz para se insurgirem contra seus opressores.

O jugo de trabalhadores mudou desde a escravidão dos negros africanos. Atualmente, os castigos corporais deram vez aos castigos impingidos à dignidade da pessoa; impingidos à honra; impingidos à personalidade do trabalhador.

Atualmente, o aprisionamento não é físico; o aprisionamento é psicossocial, na medida em que não resta alternativa ao homem a não ser aceitar o trabalho, mesmo em condições degradantes, e deixar-se subjugar.

Nesse sentido, a escravidão antiga, em seu aspecto econômico, era mais indulgente com seus protagonistas do que o é a escravidão atual, eis que o negro trazido da África era considerado um bem que integrava o patrimônio do escravocrata, razão pela qual recebia certa atenção de seu proprietário; na escravidão atual, em face da abundância de mão-de-obra e da escassez de oportunidades, o trabalhador é descartável e não representa o menor valor para o patronato.

Faz-se necessário, por conseguinte, aguçar-se a sensibilidade e refinar os conceitos sobre o trabalho escravo da atualidade para compreender que a opressão, a afronta à dignidade da pessoa, os ataques à personalidade e à honra do trabalhador, fora a sujeição a condições degradantes de trabalho, são marcas indeléveis da neo-escravatura.

No caso sob lume, deduz-se que a denúncia é procedente no que tange a práticas que caracterizam o trabalho análogo ao de escravo, ou seja, pela existência da escravidão no seu padrão atual, em especial, em face da sujeição dos empregados às condições degradantes, postas em prática pelo fazendeiro [REDACTED]

A novel redação do artigo 149 do Código Penal Brasileiro parece ter provocado um misto de perplexidade e letargia no meio jurídico, que tem, às vezes, interpretado e agido em descompasso com a realidade, ao atenuar a responsabilidade de quem lucra com a agonia e com o sofrimento de trabalhadores brasileiros submetidos a condições desumanas e degradantes; trabalhadores estes que, paradoxalmente, promovem a multiplicação do capital e, conseqüentemente, a acumulação de riqueza de quem os explora.

Talvez ainda não tenhamos sido alcançados pela natural indignação de saber que existem brasileiros, trabalhadores, que vivem em barracos sem a menor condição de higiene; desprovidas de instalações sanitárias básicas, ingerindo água imprópria para o consumo humano.

E nem se argumente que, em seus lares, a vida deixaria de lhes reservar melhores condições. Este é o discurso do atraso e de quem deseja a manutenção desta realidade. A propriedade possui uma função social. O trabalho deve ser veículo de replicação e distribuição de bem estar e progresso social, não apenas de quem detém o capital, mas também daqueles que emprestam sua força de trabalho ao sistema produtivo.

Para situar juridicamente tal situação, divise-se o que consta no artigo primeiro da Constituição Federal. Nele são descritos cinco princípios da República, ditos fundamentais: a soberania; a cidadania; a dignidade da pessoa humana; os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Dos referidos princípios, no decorrer da operação, especificamente nas propriedades de [REDACTED] constatou-se que pelo menos três deles foram frontalmente violados. Os trabalhadores vinculados ao referido empregador estavam destituídos de significativa parcela de cidadania, porquanto muitos deles não possuíam sequer os documentos básicos, necessários ao exercício de seus direitos e deveres; as condições de trabalho a que [REDACTED]

estavam sujeitos não eram compatíveis com a dignidade da pessoa humana, pois viviam como indigentes largados à própria sorte em condições degradantes; por fim, não há como se atribuir qualquer valor social a um trabalho que oprime, machuca, física e moralmente, e não agrega bem estar à vida do operário.

O que restou patente nesta operação foi uma brutal desigualdade entre os fatores de produção, ou seja, entre o capital e o trabalho isso porque os empresários visavam, única e exclusivamente, a maximização de seus lucros, mesmo que para isso apegassem o valor do trabalho humano; mesmo que para isso tivesse que submeter seus empregados a situações degradantes e humilhantes; os trabalhadores, por seu turno, quedaram-se e aceitaram o trabalho em circunstâncias indignas porquanto não lhes subsiste outra opção; não existe alternativa; não existe esperança, enfim não existe emprego, esse bem escasso há décadas, por conta da permanente crise que se mantém viva, principalmente, no interior do país.

Mas não é só isso: a Constituição Federal é prodigiosa na defesa da instituição **TRABALHO**. Pontue-se, a exemplo, que a ordem econômica, funda-se na "valorização do trabalho humano" e "tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social (Artigo 170 da C.F.)"; que a função social somente é cumprida quando atende às "disposições que regulam as relações de trabalho" e quando a exploração "favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores" (Artigo 186, incisos III e IV da C.F.); e que "a ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça sociais (Artigo 193 da C.F.)".

A situação encontrada pelo Grupo Móvel, nesta operação, caracteriza sim situação de trabalho análogo à de escravo, aliás, conforme já considerado anteriormente, alguns deles ainda estavam num patamar abaixo, pois viviam em um estábulo, semelhantemente a animais.

As condições de alojamento, fornecimento de água, alimentação e higiene encontradas nas frentes de trabalho fiscalizadas não condizem com as normas programáticas expressas na Constituição Federal; ao contrário, se subsumem, exatamente, à locução **"condições degradantes de trabalho"**, prevista no artigo 149 do Código Penal Brasileiro, mesmo porque seria inconcebível haver circunstâncias mais desfavoráveis e degradantes para o trabalhador que aquelas constatadas pela equipe de fiscalização e expostas no presente relatório.

Em face do exposto, conclui-se pela prática do trabalho análogo ao de escravo, crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Além disso, foram desvendadas circunstâncias que denotam também outras condutas previstas no Código Penal Brasileiro, a saber: 1) artigo 203 (frustração de direito trabalhista); e 2) artigo 132 (exposição à vida e a saúde de pessoas a perigo).

julho de 2010.